

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ALEXANDRE FARIA DA CUNHA

**EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX: UM
ESTUDO DAS REINVIDICAÇÕES FEMININAS A PARTIR DOS PERIÓDICOS
*ECHO DAS DAMAS E A MÃI DE FAMÍLIA***

**UBERLÂNDIA/MG
2018**

ALEXANDRE FARIA DA CUNHA

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DAS REINVIDICAÇÕES FEMININAS A PARTIR DOS PERIÓDICOS *ECHO DAS DAMAS E A MÃI DE FAMÍLIA*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório à graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Prof^a.Dr^a Daniela Magalhães da Silveira

**UBERLÂNDIA/MG
2018**

Alexandre Faria da Cunha

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DAS REINVIDICAÇÕES FEMININAS A PARTIR DOS PERIÓDICOS *ECHO DAS DAMAS E A MÃI DE FAMÍLIA*

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA - PROF. DR^a DANIELA MAGALHÃES DA SILVEIRA

EXAMINADORA- MS. ARIELLE FARNEZI SILVA

EXAMINADORA- MS. MARIA LUZIA ALVES BRITO

Data: __/__/__

Resultado: _____

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão primeiramente a Deus por me conceder vida e saúde, por me dar essa oportunidade de capacitação. Obrigado oh grade Deus por me dar forças para conseguir.

A minha amada e querida esposa Katiane por trilhar comigo todo esse caminho, pois sem ela não teria chegado ao fim deste trajeto.

Aos meus pais que não mediram esforços para me ajudar de todas as formas possíveis, para que este sonho se tornasse realidade.

Ao meu filho Adriel Henrique pois se hoje me vejo com uma formação acadêmica é por ele que me esforcei até o fim.

A minha orientadora Dr^a. Daniela Magalhães da Silveira pelos incentivos e paciência, pois, mesmo com todos os empecilhos sempre esteve disposta a me ajudar.

A todos os meus professores e colegas de curso que de alguma forma contribuíram na minha formação e construção da pessoa que sou hoje.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo observar como a literatura de dois jornais que circularam no Brasil na segunda metade do século XIX, eram fortes influenciadores na vida das mulheres brasileiras, esclarecendo que o *'Echo das Damas'* apresenta-se de fundação e artigos escritos exclusivamente femininos, e *'A Mãe de Família'*, exclusivamente masculino, por isso, contendo ideias, opiniões e argumentações contrárias movimentando a época citada. Deverão ser identificadas as diferentes posturas e literaturas sobre os temas tratados, envolvendo as reivindicações femininas acerca do trabalho, educação, emancipação, liberdade, direitos, religião, tarefas das mulheres, e de outro lado, prescrições ou normas escritas e dirigidas por profissionais masculinos (médicos, farmacêuticos) diretamente às mulheres, determinando/especificando claramente o papel, as funções das mulheres no Brasil, reafirmando seu lugar na família, no lar, enquanto mãe, esposa e apoiadora, conselheira e cuidadora da casa, marido e filhos, enumerando seus deveres domésticos e criticando os direitos pretendidos ou reivindicados por elas, aprofundando a classificação de gêneros. Assim, além de fazer uma comparação entre os dois jornais mencionados, o estudo também faz uma análise mais apurada do panorama acerca da educação e o trabalho da mulher no século XIX.

Palavras-chave: Literatura; Educação feminina; Deveres domésticos; Século XIX.

Sumário

<u>INTRODUÇÃO</u>	7
CAPÍTULO I	10
1. O JORNAL <i>ECHO DAS DAMAS</i>	10
1.2. ECHO DAS DAMAS: APRESENTAÇÃO DO PERIÓDICO	12
1.3. ECHO DAS DAMAS: LEVANTAMENTO DE TEMAS	16
CAPÍTULO II	21
2. O JORNAL A MÃI DE FAMÍLIA	21
2.1. A MÃI DE FAMÍLIA X ECHO DAS DAMAS	22
CAPÍTULO III	27
3. A MULHER, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO NO SÉCULO XIX	27
3.1. A EDUCAÇÃO FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NO SÉCULO XIX	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
FONTES	37
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado propõe realizar uma observação através de uma análise comparativa entre dois jornais publicados no século XIX, sendo o *Echo das Damas*, redigido exclusivamente por mulheres, e o *A Mãe de Família* com corpo de editores masculino. Sendo assim, o recorte temporal a ser analisado será a segunda metade do século XIX. No primeiro, existia a briga pela consolidação de um espaço prioritariamente dirigido às mulheres, enquanto no segundo, o gênero masculino se apresenta como conselheiro, orientador e proprietário das regras, normas e funções das mulheres brasileiras e o principal dever delas seria ouvi-las e cumpri-las.

A justificativa pela escolha da presente temática faz jus à compreensão da importância da imprensa na época enfocada, uma vez que a mesma era um dos meios de comunicação mais usado e acessível à população brasileira, e ainda, considerando suas características: reivindicatória, crítica, informativa, literária, entre outras, sendo alguns dos aspectos que despertaram o interesse por seu estudo que aqui se inicia. Este estudo ainda poderá suscitar a curiosidade de outros pesquisadores acadêmicos, levantando à possibilidade de aprofundamento das lutas propostas pelas mulheres através da imprensa e conseqüentemente com as conquistas adquiridas por estas lutas, estabelecendo um paralelo entre a situação da mulher hoje em relação aquele momento vivido na segunda metade do século XIX, no que diz respeito à educação, trabalho, direitos femininos etc.

Ao analisar o panorama da época referida, percebe-se e identifica-se que a situação permitida, vivenciada e determinada da mulher brasileira, era aquela posta, definida e descrita pelos homens que, tratava de reforçar os papéis ou funções dentro do lar: mãe, esposa e responsável pelas tarefas domésticas, cumprindo as orientações escritas e repassadas por meio da imprensa masculina (*A Mãe de Família*), e em contrapartida, a reivindicação de direitos (estudar, trabalhar, votar, ...) veiculados e postos por mulheres (*Echo das Damas*). No entanto, em determinadas classes sociais do século XIX, algumas mulheres se rebelaram e reagiram, quebrando barreiras e conquistando novos espaços, como aquelas com ofícios exercidos, fora do lar e, também à frente de profissões até então só de domínio masculino, como a literatura, especialmente – a imprensa da época.

Diante do exposto, é possível delinear as questões antagônicas apresentadas no período histórico daquele momento, problematizando a situação de então, posta pelos dois jornais, utilizando, neste sentido, o seguinte questionamento: Qual a real importância

da imprensa no século XIX em relação ao papel da mulher na sociedade brasileira, e até que ponto, as reivindicações femininas postas na época foram levadas a sério?

Registre-se que uma hipótese provável para responder a questão apresentada é que durante a pesquisa poderá haver fatos e informações que a responda, mostrando quais direitos foram reivindicados pelas mulheres jornalistas, como as mesmas foram refutadas pelos profissionais masculinos do meio, incluindo a literatura que era criticada como ‘folhetim’ (notícias e ou informações de valores inferiores em relação às publicadas pelos homens) e, ainda, quais questões que foram consideradas ou começaram a ser levadas a sério. Apesar de a literatura feminina estar presente na imprensa da época, ela era considerada como entretenimento, porém seus romances, peças de teatro, moda e culinária tinham a finalidade de esclarecer e conscientizar suas leitoras de seus direitos, entre os reivindicados então, o direito à educação, o direito à profissão e o direito ao voto.

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar comparativamente o jornal *Echo das Damas* e *A Mãe de Família* veiculados no século XIX, quanto à educação, trabalho, direito ao voto, liberdade e emancipação feminina no Brasil, acrescentando que os objetivos específicos necessários para contribuir para que o principal seja alcançado são os seguintes:

- Conceituar educação, trabalho e direitos femininos;
- Comparar características do *Echo das Damas* e do *A Mãe de Família*.
- Identificar aspectos de outros jornais da época, concordando ou divergindo dos dois aqui apontados especificamente;

Quanto à metodologia utilizada na elaboração do presente texto, registre-se que se trata de uma pesquisa bibliográfica, através de uma fundamentação teórica das informações obtidas de obras e autores que tratam o assunto, incluindo entre as fontes (cópias) das duas primeiras edições dos jornais *Echo das Damas* e *A Mãe de Família*, que serviram de base para a análise comparativa, sob o ponto de vista de gênero, sendo o primeiro – feminino e, o segundo – masculino, ou seja, um contendo reivindicações das mulheres e, o outro, conteudista e recheado de direções e lembretes direcionados por homens ‘donos das verdades’ às mulheres brasileiras.

Registre-se aqui que, em se tratando dos Capítulos que compõem o Desenvolvimento do Trabalho, tem-se que o Capítulo I, fala sobre o Jornal *Echo das Damas*, um dos veículos da imprensa, fundado e publicado no século XIX, no Rio de Janeiro, abordando as intenções e temas (tópicos/assuntos) apresentados neste período da época, que a bem da verdade pode-se dizer que, todos relacionados à questão da educação

da mulher, acrescentando que as diversas fontes pesquisadas dão conta das particularidades acerca desta revista, desde sua composição gráfica, assinaturas, editoriais, colunas e todas as reivindicações em defesa do sexo feminino.

Já no Capítulo II, as versações são respeito do Jornal *A Mãe de Família*, fundado em janeiro de 1879, tendo como redator chefe o Dr. Carlos Costa, na cidade do Rio de Janeiro, órgão da imprensa este que, desde seu primeiro editorial faz questão de definir o gênero capaz de escrever e fazer parte desse universo com orientações e conselhos eficientes e adequados à família brasileira. É evidente a oposição feita ao Jornal *Echo das Damas* (exclusivamente produzido por mulheres), e tantas são as críticas ao sexo feminino, como é de tamanho colossal o ego masculino que chama para si todas as responsabilidades dos cuidados com as crianças, culpando as mães por quaisquer problemas de saúde destas e, isentando totalmente os pais, exacerbando o autoritarismo, na demarcação dos gêneros – o homem sabe tudo, a mulher sem a “devida educação” nem é capaz de desenvolver “a sua missão sublime, a única que lhe confiada, a Maternidade!” (COSTA, 1879, p.2).

E, por último, no Capítulo III, busca-se observar como era vista a mulher com relação ao trabalho e à educação no século XIX, apontando quais as possíveis profissões a serem ocupadas, qual ensino era voltado (permitido) às mulheres, e em especial, as revistas masculinas determinando ou definindo o que “era de direito” ao sexo feminino, e as de natureza/caráteres femininos pregando ou identificando os direitos delas mesmas o que claramente se contradizem na época.

Vale registrar que, durante a leitura de cada capítulo, o(s) leitor(s) tomarão pé das informações aqui mencionadas, além de outros conteúdos pertinentes ao assunto, uma vez que, serão considerados outros muitos detalhes e ou argumentações necessárias para uma boa elaboração do estudo proposto.

CAPÍTULO I

1. O JORNAL *ECHO DAS DAMAS*

Pode-se afirmar que no decorrer do século XIX, mesmo com toda luta proposta por várias mulheres, as mesmas ainda continuava fazendo parte de estudos de classes minoritárias, só tendo sua situação alterada a partir dos meados do século XIX (segunda metade) do mesmo século mencionado acima, quando a participação feminina em diferentes áreas da vida da sociedade da época, passando a figurar na cultura e história do país. Segundo De Luca (2005), essa dicotomia, portanto, é quebrada com a ‘renovação historiográfica’ promovida tanto pela Nova História (3ª geração dos *Annales*), que promove um alargamento no campo de atuação dos historiadores, incluindo novas abordagens, quanto também pela renovação Marxista, adotando a história dos vencidos, “a história vista de baixo” (DE LUCA, 2005, p. 113).

Além das possibilidades de análises a partir dessas abordagens, o estudo realizado por Tania Regina De Luca (2005) aponta também, que, uma ampliação das fontes de pesquisa, e desde os fins da década de 1970, periódicos (jornais, revistas, entre outros) têm recebido maior atenção por parte dos historiadores, pois se antes pareciam inadequadas hoje são considerados de suma importância “para a recuperação do passado, uma vez que [...] continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (p.111). Nesse sentido, a autora vem salientar a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem.

Ainda sobre as fontes de pesquisa, Corrêa (1999) aponta que os periódicos, por suas peculiaridades frente às demais fontes, têm atraído a atenção de pesquisadores, pois, as publicações sequenciais podem proporcionar ao pesquisador a possibilidade de conjecturar quais seriam os temas de interesse em uma determinada época, a maneira como foram abordados, ressaltando também, quem eram seus autores e seus leitores.

Além disso, entende-se que os jornais ou as revistas são para o historiador uma rica fonte de estudos, visto que, por detrás de suas reportagens, existem grupos de pessoas que idealizaram um projeto, o colocaram em prática por meio de sua produção e passaram a representar para si mesmos, seus interesses, e do mesmo modo, ao grupo de leitores por eles imaginados.

1.1. ECHO DAS DAMAS: INTENÇÕES E ABORDAGENS

Nesse contexto, portanto, é importante considerar que a imprensa brasileira até meados do século XIX era marcada por intelectuais, sobretudo médicos que também publicavam literatura, ou seja, havia um predomínio da escrita masculina direcionada para o público feminino. Do mesmo modo se faz oportuno destacar que, a segunda metade do século XIX, é assinalada como um momento de mudanças e de grandes rupturas. É neste momento que diversas ideias estão chegando da Europa e durante esse período vários médicos vão utilizar os jornais como forma de “interferir” na vida das famílias, e também como forma de definirem o que seriam as principais políticas públicas em andamento. Sobre esse assunto, Schwarcz (1993) vem dizer que: “assim, o que se pretende demonstrar é que esses intelectuais da ciência, a despeito de sua origem social, procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas” (Schwarcz, 1993, p. 26).

Em contrapartida, essas mudanças são de igual forma marcadas pela introdução da escrita feminina na imprensa brasileira. Considerando esse fato, Duarte (2003) traça um panorama da imprensa feminina, desde seu surgimento na segunda metade do século XIX até o final do século XX. Nesse estudo, pode-se evidenciar que se em nossos dias a mulher se destaca em diversos setores da sociedade brasileira, esse foi um longo caminho. Essa pesquisa aponta também que as revistas femininas do século XIX (as escritas por mulheres e para mulheres) como *O Jornal das Senhoras*, *O Sexo Feminino*, *A Família*, *Echo das Damas* entre outros e suas aguerridas criadoras, tiveram um importante papel.

Entretanto, ao analisar o trabalho de Duarte (2003), percebem-se alguns problemas metodológicos, pois, na análise dessa autora a imprensa feminina em toda a sua história teria se desenvolvido em “ondas”, ou seja, teria em seu interior o movimento que ela chama de “fluxo e refluxo” (DUARTE, 2003, p. 152). Assim, para essa autora que elenca o surgimento da imprensa feminina e traça um panorama até os anos de 1990, seria como se em cada período surgisse um movimento que fosse ganhando força, mas que de repente sumisse, dando posteriormente, início a outro período, não os tomando como um movimento histórico. Do mesmo modo, nesse trabalho percebe-se o uso equívoco e anacrônico do conceito de feminismo, pois Duarte (2003) tenta buscar o início do feminismo na introdução da escrita feminina na imprensa.

Visualizando esses problemas metodológicos, é possível ter amparo, portanto, no trabalho das pesquisadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto (2007),

as quais colocam que o trabalho de Duarte (2003) traz uma análise desvincilhada do “mergulho do seu tempo”, como se ela existisse fora da realidade e brotasse totalmente desvinculada da história. Essas mesmas autoras reiteram que se faz necessário a advertência de que a “imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele” (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p.259).

Diante desses pressupostos, a intenção será a de empreender uma pesquisa que vise destacar elementos que demonstram as representações presentes nas páginas do *Echo das Damas* evidenciando o ideário de educação para as mulheres que emanam deste jornal.

1.2. ECHO DAS DAMAS: APRESENTAÇÃO DO PERIÓDICO

O jornal *Echo das Damas* foi um periódico que surgiu no ano de 1879, de propriedade de Amélia Carolina da Silva Couto & Comp, que também era a redatora chefe, e tinha como suas colaboradoras: Emiliana de Moraes, Anália Franco, Maria Zalina Rohn, Ignez Sabino, Marie Vincent, Atília Bastos, Adélia Barros, Mathilde Macedo e Emília Cortez. Nesse jornal, havia tópicos que interessavam diretamente às mulheres, que as incentivavam a serem críticas, oferecia recreação, conhecimentos literários e científicos, traziam notícias da comunidade, mais tarde, retira-se dele o termo ‘recreativo’, o que para Carula (2016) seria para “talvez com o intuito de torna-lo científico” (p.266).

No livro, *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade- biográfico e ilustrado* descreve a biografia de Amélia Carolina:

Em 1879, Amélia Carolina fundou o jornal *Eco das Damas*, que circulou no Rio de Janeiro durante oito anos. O tempo de vida consideravelmente longo para esse tipo de periódico se deve ao seu tino empresarial, que as mulheres desse tempo raramente podiam demonstrar. Nada tinha de amadora; emprestou à sua firma comercial seu próprio nome e cuidava da saúde financeira de seu empreendimento, através da venda de espaço para anúncios comerciais. Foi uma percussora das ideias feministas, uma vez que os artigos publicados em seu jornal eram dedicados aos interesses das mulheres (SCHUMAHER, 2000, p.44).

O primeiro número do jornal apresenta, na página inicial, informações relevantes como: endereço do escritório, que ficava à Rua da Ajuda, nº 75, e preço da assinatura, no valor anual de 6\$000 e semestral de 4\$000 para a corte e, de 8\$000 anual e de 5\$000 semestral, para as províncias, as quais deveriam ser pagas antecipadamente tanto por assinantes da corte quanto das províncias. Dentre as informações relevantes também se destaca um lembrete de que “os anúncios das senhoras assinantes seriam incluídos

gratuitamente” (ano: I. n.1, 18 de abril de 1879). Mesmo tendo atuado por mais de oito anos, foram poucos os números publicados, constando somente um total de doze números, que se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional, no formato digital.

No estudo feito por Carula (2016), ao levantar uma tabela dos valores das assinaturas de vendas do *Echo das Damas*, a autora diz que :

Ao analisar os preços das assinaturas, pode-se inferir que, dada as variações presentes, nos primeiros números, o jornal ainda não havia delimitado o melhor montante para atrair assinantes. Em 1879, para a Corte e Niterói, o valor das assinaturas anual e semestral teve aumento no número 3. Entretanto, essa estratégia não foi exitosa, pois na edição seguinte não mais foi oferecida a possibilidade de assinaturas anual e semestral, somente trimestral e mensal, sugerindo que talvez os leitores não quisessem arriscar em investir em um jornal que poderia não durar um semestre, quiçá um ano (CARULA. 2016. p. 267-68).

Veja os valores na tabela abaixo:

Tabela 1: Valores das assinaturas do *Echo das Damas* (1879-1888).

Corte e Niterói					
Ano	Números	Tipo de Assinatura			
		Anual	Semestral	Trimestral	Mensal
1879	1,2	6\$000	4\$000	—	—
	3	8\$000	5\$000	—	—
	4	—	—	3\$000	1\$000
1880	6	10\$000	6\$000	—	—
1888	49-55	10\$000	—	—	—
Províncias					
Ano	Números	Tipo de Assinatura			
		Anual	Semestral	Trimestral	Mensal
1879	1,2	8\$000	5\$000	—	—
	3	12\$000	7\$000	—	—
	4	12\$000	7\$000	—	—
1880	6	12\$000	—	—	—
1888	49-55	12\$000	—	—	—

Fonte: *Echo das Damas* (1879-1888).|

Fonte: CARULA Karoline. *A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. Estudos Feministas*, Florianópolis, 2016, p. 267.

A título de comparação, no jornal *O sexo feminino*¹, que também foi um periódico escrito por mulheres, com o mesmo formato de o *Echo das Damas*, no ano de 1889 tinha como preço 10\$000 ao ano para a corte e 5\$000 semestral, já para as províncias seu valor era 12\$000 o ano e 6\$000 o semestral, ou seja, os mesmos valores praticados no *Echo das Damas*.

¹ O SEXO FEMININO, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 2 jun. 1889, p.1.

Carula (2016) em sua análise, nos mostra que há outro ponto a se destacar, pois, o “jornal estava dividido em três colunas, conforme é possível observar na imagem abaixo, e possuía quatro páginas. A partir de 1880, ele passou a apresentar quatro colunas com o mesmo número de páginas” (CARULA. 2016 p.265).



Fonte: Primeira página da edição 1 do *Echo das Damas*, 16 de abril de 1879 (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil *apud* Carula, 2016. p. 266).

O *Echo das Damas*, desde seu surgimento, não apresentou ao seu público qual seria a periodicidade de sua publicação, sendo que os quatro primeiros números foram produzidos nos anos de 1879, com início, como já foi dito, em 18 de abril, e seu último número deste mesmo ano em 20 de junho de 1879. Logo após a publicação do número quatro houve uma interrupção de mais de um ano, sem uma justificativa por parte de sua

redação. O próximo exemplar disponível é o de número seis, que foi lançado mais de um ano após o último número, que é datado de 20 de junho de 1879, já que a edição de número cinco não faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, o que dificulta saber se tal edição foi escrita em 1879 ou já no ano de 1880.

No editorial de seu primeiro número, que foi escrito por sua dona e redatora chefe, vem apresentar o engajamento ao qual seu jornal havia proposto que era o de defender os interesses da mulher, com o intuito de provar que a mulher instruída poderia prestar importantes serviços ao “mundo ilustrado” (p.1) Ainda nesse editorial, a autora, em tom de denúncia, diz que as mulheres vivem num “círculo de ferro” (p.1), e quando muito, elas recebem pequenas noções de língua materna, tornando-se assim, um autômato que se move à vontade do homem. No entanto, ao finalizar seu discurso, a autora acalma os possíveis leitores, que muito possivelmente também poderiam ser homens, preocupados com as iniciativas femininas, ao justificar que não pretende encher a mente das mulheres com “loucas fantasias”, nem deseja “povoar-lhes o espírito de perniciosas aspirações aos triunfos da política” (COUTO, editorial: 1 n.1, 2 de maio de 1879 p. 1).

Pelas observações feitas até o momento sobre este periódico, percebe-se que a constituição dos artigos que o compõem está permeada com a questão da educação da mulher, que em alguns momentos aparece em forma de uma equiparação ao ensino que era proposto aos homens, ou seja, o ensino superior, fazendo uma propaganda para o livre ensino da medicina ao sexo feminino, enquanto em outros momentos, aparece com tom “mais moderado”, colocam-se da seguinte forma: “eduquem-nos, então e tereis boas esposas; eduquem-nos e tereis excelentes mães”.

Nesse contexto, o que se pode notar é que há uma articulação na escrita desta editora no sentido de se fazer reivindicações em tom mais “elevado”, no entanto, em uma mesma seção pode-se notar que há um certo “abrandamento” nas reivindicações, o que leva à seguinte indagação: por que a ousadia é comedida? Apenas para não perder o público leitor majoritariamente masculino, ou por que a própria mulher naquele contexto não admitia desempenhar esses papéis? A hipótese é de que há nisto uma estratégia para se conseguir ou atingir os objetivos, sem que haja uma repressão total, levando em consideração o período no qual se dará a análise.

Entretanto, mesmo sendo um jornal que teve um bom período de circulação, o *Echo das Damas* nunca manteve uma periodicidade regular (não era semanal, quinzenal ou mensal). Além disso, mesmo tendo circulado nos anos de 1789 a 1888, há somente doze números disponíveis para ser analisado, deste modo, mesmo tendo sido um jornal

de pouca produção, o *Echo das Damas*, foi um jornal de uma apreciável propagação ou aceitação, levando em consideração a quantidade de assinantes (a lista de assinantes era divulgada no próprio jornal, na seção intitulada “Album de Ouro”), e também, pela menção que outros jornais do mesmo período fizeram sobre o *Echo das Damas*, como é o caso da *Gazeta Rio-Grandense*, que publicou em suas páginas uma opinião sobre o *Echo das Damas*, dizendo que:

A Exma Sra. D. Amélia Carolina da Silva, no dia 18 do corrente encetou na corte, a publicação de um bem elaborado jornal com o título que serve de epigrafe a este artigo, dedicado aos interesses de sexo, sendo o mesmo jornal critico, recreativo, scientifico, literário e noticioso. Um dos primeiros números, remetido á redação da Gazeta Rio-Grandense, e que obsequiosamente nos foi oferecido, mostra que é um jornal trabalhado com todo esmero. (ECHO DAS DAMAS, 26 maio 1879, p.1)

1.3. ECHO DAS DAMAS: LEVANTAMENTO DE TEMAS

Nesta parte destacar-se-ão os temas recorrentes no jornal *Echo das Damas*, para posteriormente servirem de análise ao ideário de educação neles apresentados. O *Echo das Damas* estava dividido em algumas seções, as quais não eram publicadas necessariamente em todas as edições: *Echo das Damas*, com o papel de editorial; “Folhetim *Echo das Damas*”; “Questão Religiosa”, “A missão da Mulher”, “Noticiário”, “Colaboração”, com textos das colaboradoras; “Distração”; “Poesias”; “Anedotas”; “Variedades”; “Teatros”; “Receitas Úteis”, Dicas Domésticas; “Miudezas”; “Indicador”, posteriormente “Almanack” (que publicava endereços de médicos e dentistas) e “Anúncios”. Havia também artigos não vinculados a uma seção em específico, dentre estes artigos citados aqueles que devem ser considerados por apresentar temáticas relevantes para serem analisadas.

Em sua Carta Programa, o *Echo das Damas* explica o objetivo da publicação, ou seja, defender os interesses da mulher, e, com o intuito de provar que a mulher instruída poderia prestar importantes serviços ao “mundo ilustrado” (p. 1). A autora Couto cita o exemplo das americanas que já eram recebidas nas academias, e denuncia que as mulheres, no Brasil, vivem num “círculo de ferro”, pois, quando muito, elas recebiam pequenas noções de língua materna, tornando-se, assim, um autômato que se move à vontade do homem.

No entanto, temendo uma repressão total, ao final do editorial, a colunista acalma os possíveis leitores do sexo masculino preocupados com as iniciativas femininas, ao justificar que “não pretende encher a mente das mulheres com ”loucas fantasias”, nem

deseja povoar-lhes o espírito de perniciosas aspirações aos triunfos da política” (ano: I. n.1, 18 de abril de 1879). Percebe-se que ao longo das seções, que são apresentadas nas páginas do jornal, há reivindicações e anseios rumo à formação superior, pois daí as mulheres se fortaleceriam conseguindo sua emancipação e conquistando o mercado de trabalho. Nesse sentido, levanta-se a seguir, essas temáticas para melhor visualizar os ideais que eram buscados pelas mulheres nesse momento, e entre as temáticas destacam-se a educação, reivindicação a respeito do mercado de trabalho e religião.

Na questão sobre educação, muitos dos artigos são escritos por Couto, que, na grande maioria aparece se referenciando aos Estados Unidos, como sendo a “marcha da vanguarda do progresso” (ano: I n. 3, 26 de maio de 1879), no qual o estudo da medicina pelas moças é feito com um desenvolvimento desconhecido em qualquer outro país do velho mundo. Além disso, advogam a instrução da mulher, no sentido da futura profissão poder arcar com os altos custos da manutenção dos pesados encargos para a “manutenção de uma senhora de boa sociedade” (idem), ou seja, ao mesmo tempo em que estão lutando para conseguir sua emancipação, estão também mirando em um futuro mercado de trabalho. (COUTO, 1879).

Sobre essa “emancipação”, Couto (1879) destaca que, não tem nada a ver com “invadir o mundo político a ponto de ir votar” (p.1). A “emancipação” a que se refere diz respeito ao campo da “inteligência”, livrar-se das “terríveis trevas da ignorância” (ano: I. n. 4, 20 de junho de 1879). Ao escrever sobre a educação das mulheres, em 1888, a autora coloca que:

A ideia de que a educação da mulher deve consistir exclusivamente na aquisição de prendas agradáveis, afim de que ella possa brilhar e reinar na sociedade, é um erro que começa a dissipar-se, mas que está ainda longe de ser geralmente condenado. A maior parte dos paes tem receio de dar ás suas filhas uma instrucción mais ampla julgando que o esmerado desenvolvimento das faculdades seja um incentivo para desvia-las do dever. (ECHO DAS DAMAS, 27/05/1888. p. 1).

Em outra seção intitulada “A missão da Mulher”, aparecem artigos assinados por “O” e posteriormente por Maria Jose Canuto², a qual propõe que o dever da mulher é a união nupcial, para a constituição da família, “um dos mais sólidos pedestais da sociedade” e que cabe à mãe a árdua tarefa de “implantar lhe no espírito as noções de uma religião sublime”, e aconselham para que não haja a “ruína do lar”, a mulher deve se utilizar de vários “artíficios” como: saber receber seu marido, saber cozinhar bem, etc.

² Escritora portuguesa que teria escrito para várias revistas brasileira, entre elas o *Echo das Damas*, e *A Família*.

(CANUTO, 1879) No entanto, para que isto se solidifique, a partir dessas primícias, as redatoras colocam que seria necessário educar a mulher, quebrando pois, “de uma vez estes preconceitos estultos: dando à mulher para que se tenha uma instrução sólida e variada e resultando, deste modo, em bons cidadãos, e uma sociedade moralizada” (ano: I. n. 1, 18 de abril de 1879 p.1). Desse modo, percebe-se que, mesmo se tratando de artigos aos quais, suas autoras estão descrevendo quais seriam os “deveres das mulheres”, constituía-se também em uma reivindicação para que as mulheres pudessem alcançar o direito de acesso à educação.

Já na seção do “Folhetim do *Echo das Damas*, assinado por Amélia Carolina da Silva, traz três artigos sobre a biografia da Exma. Sra. D. Maria Augusta Generosa Estrella, futura doutora em medicina. A redatora apresenta a Sra. D. Maria Augusta como a heroína de dezoito anos, que “diferente das outras meninas da sua idade que supostamente passavam o dia a vestir e despir bonecas, Generosa tem já escrito seu nome nas páginas da imortalidade ao se tornar a primeira mulher brasileira a se tornar doutora em medicina” (ano: 1 n.1, 2 de maio de 1879 p. 1).

Além da aspiração à equiparação em relação à educação, o jornal *Echo das Damas* avança também na questão de “reivindicações” ou de uma luta por espaço de trabalho pelo sexo feminino. Nesta questão as autoras do *Echo das Damas* buscam exemplos nos Estados Unidos e na Inglaterra onde o trabalho feminino remunerado já existia. O artigo que faz referência ao trabalho feminino é o intitulado “A Mulher Inglesa”, que vem apresentar o projeto do governo inglês, o qual utiliza os serviços das mulheres nas repartições do Estado, em especial nas repartições do correio.

A redatora do jornal, Amélia Carolina, destaca que os resultados foram satisfatórios nas repartições dos correios, o que levou as mulheres a desempenharem diferentes cargos na administração pública, induzindo muitos estabelecimentos comerciais a seguir este exemplo (ano: III. n. 11, 04 de janeiro de 1888). Como foi colocado anteriormente, além de estarem lutando para conseguir sua emancipação na questão da educação, estão também mirando em um futuro mercado de trabalho. Neste sentido a redatora do *Echo das Damas* coloca que

Todos os moços de juízo, antes de cederem ao amor, fazem o balanço entre seus vencimentos e a despeza que lhe vai trazer a família; a mulher, filhos, filhas e quasi sempre os parentes da mulher. O resultado deste triste balanço é a fatal abstenção do casamento, em prejuízo do corpo e da alma dos dous amantes.

Os casamentos serão muito mais fáceis quando os nubentes forem ambos capazes de trabalhar e de concorrer para a sustentação e bem-estar da família; a economia doméstica fará então progressos reaes; findará o primeiro motivo

das rixas conjugaes; o prurido de gastar das mulheres em futilidades, a despeito dos diminutos haveres dos maridos de honra e de vergonha. Quantas vantagens não resultarão do casamento entre dous amantes, que se dediquem á mesma profissão. Imaginae marido e mulher exercendo a medicina; o marido tratanto dos homens e a mulher das moças e das crianças; quanto não ganharia em sciencia experiência, comunicando-se, intima e cordialmente seus estudos e observações? (ECHO DAS DAMAS, 26/05/1879. p. 3).

Além de levantarem temas como educação e trabalho, há entre estas seções, três artigos que tratam da “Questão Religiosa”, em um deles, assinado por Amélia C. da Silva Couto há um forte ataque à Igreja Católica Ultramontana, por olhar para a mulher sempre como um “instrumento passivo” e chegar a “circunscrever no seu círculo de ferro, todo o gênero humano”, e acusa a Igreja de usar as “Irmãs da caridade” para “influenciar o espírito da mulher”, além de destacar que “longe de ser o coração benigno levando o bálsamo da abnegação as almas descrentes, ela faz-se o negro abutre que esfacela a fortaleza do espírito e trucida vilmente a inteireza de caráter” (ano: I. n. 6, 03 de agosto de 1880).

É importante destacar também que, no mesmo número em que aparece esse ataque, foi publicado outro artigo assinado por D. Julia Maria da Costa, a qual coloca que “sem leis não poderiam os povos viver em paz, nem mesmo seria possível existir sociedade”, e que se as leis humanas são úteis, as Divinas são necessárias “ao bem estar da sociedade” (ano: I. n. 6, 03 de agosto de 1880). Nesse artigo tem-se referências a vários preceitos bíblicos e da sã doutrina católica. No entanto, concluem-se que as redatoras apresentaram diferentes visões na seção que retrata a “Questão Religiosa”, pois enquanto uma não poupa críticas, a outra busca ressaltar os valores da Igreja, o que talvez seria uma forma de minimizar os efeitos que o primeiro pudesse vir a causar.

Na seção “Colaboradores” existem dois artigos, um deles é intitulado “Direitos” e é assinado por Francisca de Sant’ Anna Pessoa. O artigo trata da emancipação da mulher no país. Este fato se deve ao pensamento do deputado do partido liberal o Sr. Martim Francisco, que

Levantou sua voz autorizada em favor do sexo proscrito que vegeta na quase condição de escrava, sem autonomia própria, sem importância política e voltada ao esquecimento dos direitos sagrados de cidadã, que de nenhum modo quer-se admitir como corpo social ativo (ano: I. n. 2, 2 de maio de 1879).

O outro é uma propaganda para o livre ensino da medicina ao sexo feminino, destacando serem os Estados Unidos a “marcha da vanguarda do progresso” (ano: I n. 3, 26 de maio de 1879).

Já, na seção “A imprensa Brasileira”, existem três artigos referentes à imprensa nacional, que em sua maioria vem tratar de agradecimentos as várias redações de jornais, pela receptividade com que o *Echo das Damas* tem recebido de outros jornais, como a “Opinião do Diário de Campinas sobre o aparecimento do *Echo das Damas*”, o qual tece elogios ao aparecimento do *Echo das Damas*, e conclama que todas as mulheres possam “manifestar o pensamento”, assim como o *Echo das Damas*, para reivindicar a sua emancipação.

Sobre o “Noticiário”, existem cinco artigos, sendo o primeiro composto por alguns casos e fatos em sua grande maioria ocorridos no exterior. Já os seguintes, passam a tratar, em sua maior parte, de assuntos ocorridos em nosso país. Estas notícias são de fatos ligados a conquistas, ou de reivindicações que foram conseguidas, como no caso da aprovação na assembleia de Pernambuco, de um projeto autorizando o presidente da província a conceder a D. Josepha F. Agueda de Oliveira, filha do distinto advogado Romualdo Alves de Oliveira, uma “pensão”, ou bolsa anual de 1.200\$ a fim de formar-se em medicina na Suíça ou nos Estados Unidos.

Desta feita, podemos perceber o anseio do *Echo das Damas* em busca da educação e instrução da mulher em um período como já foi dito em que a imprensa brasileira até meados do século XIX é marcada por intelectuais, sobretudo médicos que também publicavam literatura e que diversas ideias estão chegando da Europa e durante esse período vários médicos vão utilizar os jornais como forma de “interferir” na vida das famílias, e também como forma de definirem o que seriam as principais políticas públicas em andamento, e neste caso apresentar-se-á o *Mãe de Família*.

Assim, pode-se notar que o *Echo das Damas* está permeado com a questão da educação da mulher e também de igual modo mirando um futuro mercado de trabalho para elas. Podemos notar também que há uma articulação na escrita deste jornal, visto que, em seus artigos em alguns momentos aparecem atacando ou reivindicando algo, entretanto, nota-se que em um mesmo número que há um ataque ou uma reivindicação, o mesmo aparece com um abrandamento na mesma questão (que é o caso da “Questão Religiosa”). Esta articulação na escrita é um fator a ser estudado, pois, o mesmo possivelmente teria sido preponderante para se alcançar os objetivos maiores propostos pelo jornal.

CAPÍTULO II

2. O JORNAL A MÃI DE FAMÍLIA

A tessitura do capítulo terá como base a 1ª edição do Jornal denominado *A Mãe de Família*, fundado em janeiro de 1879, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como redator principal o Dr. Carlos Costa, que no editorial desta referida edição, inicialmente, louva o poder da imprensa, chamando-a “...a verdadeira alavanca do Progresso” (COSTA, 1879), e continua o mesmo autor.

[...] Sabem todos, e os nossos jornalistas verdadeiros patriotas o tem demonstrado, em seus notáveis escriptos, que entre nós muita cousa e senão tudo há fazer em relação à educação intelectual. Povo e governos estão intimamente convencidos que do desenvolvimento da instrucção depende a grandeza da d'esta terra e a iniciativa popular... (COSTA, 1879, p. 1).

O presente trecho deixa evidente que, para o autor, a imprensa da época seria um instrumento capaz de promover a educação do povo e de governos, inclusive dá aos jornais de notícias a incumbência de cuidar do desenvolvimento physico (físico) das crianças, como será visto posteriormente.

Na opinião do editorial citado, a imprensa é um campo incomparável a qualquer outro, como órgão oferecedor de educação popular, e seus resultados/feitos são responsáveis pelo progresso dos povos, através das ações sugeridas pelo jornal no sentido da saúde do cérebro das crianças – futuros cidadãos.

De acordo com Costa (1879) ainda em seu editorial, “É partindo d'esta idéa que apparece hoje o jornal: *A Mãe de Família*: dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser ‘mães de família’ bem devem comprehender o sublime encargo que lhes é confiado” (p. 2).

Observe-se que aqui fica claro qual o papel, a função exclusiva da mulher naquele tempo, conforme imaginavam os médicos, ser mãe. Esta que, num momento posterior, terá outras tantas obrigações ou funções a desempenhar dentro da família.

Então, analisando todo o texto (editorial), são encontradas referências à criança, à maternidade e, muitas críticas e denúncias às mulheres, daí, se acreditar que a fundação do já dito jornal, poderá resolver o problema, pois, o mesmo “procurará ensinar tudo quanto se liga à Educação physica da criança...” (COSTA, 1879), orientando sob a ótica dos homens da ciência, os caminhos corretos a serem seguidos dirigidos às mulheres (mães) para cumprir adequadamente seus deveres.

2.1. A MÃI DE FAMÍLIA X ECHO DAS DAMAS

A partir das particularidades conhecidas acerca dos jornais, a tentativa será a de estabelecer paralelismos entre os objetivos e ou pretensões de cada um deles.

Inicialmente, importa registrar as diferenças quanto à natureza de um e de outro, no que se refere às fundações, redatores e colaboradores, sendo, portanto, de relevante importância frisar que – *A Mãe de Família*, totalmente feito por homens, e, o *Echo das Damas*, exclusivamente feito por mulheres.

Então, nada mais lógico ficar definido a questão de gênero masculino e feminino à frente e dentro de cada jornal. Assim, o *Echo das Damas*, defende os interesses das mulheres, tentando provar que a mulher instruída poderia trabalhar, além de fazer denúncias acerca das condições de vida das mulheres (círculo de ferro), seres que se movem à vontade dos homens (COUTO, editorial de maio de 1879, p. 1).

Por sua vez, o editorial de abertura de *A Mãe de Família* deixa claro a crítica destinada às mulheres brasileiras, quando o autor afirmar que, “... As mulheres em nosso país não cumprem tanto quando deviam os sagrados deveres de mães...” (COSTA, 1879, p. 2).

O *Echo das Damas*, portanto, reivindicava a emancipação da mulher com foco na inteligência, referia-se no tocante ao livramento das “trevas da ignorância” (COUTO, 1879, ed. n. 4, p. 1).

O *Mãe de Família*, por sua vez, apontava as falhas das mulheres no cumprimento adequado dos deveres maternos, quando Costa (1879) afirmava o seguinte: “Um por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por desculpada ignorância não cumprem a sua missão sublime, a única que lhes confiada, a da Maternidade!” (p. 2).

É possível deduzir então que, o jornal reduzia a mulher apenas à condição de ser mãe e, vai mais além, ao tentar desculpar tais críticas severas, acrescentando que não querem dizer que as mulheres brasileiras não sejam capazes de sentir o amor maternal, rapidamente (no mesmo parágrafo) termina por dizer, não é bem isso, “... é que lhes faltam conhecimentos especiais que antes de tudo lhes deveriam ensinar”, complementa Costa, 1879, p. 2).

O discurso deste jornal é discriminatório e elucidatório que declaradamente separa ou demarca os gêneros, de um lado, os homens que sabem tudo e, de outro, as mulheres incapazes de cumprir a única missão feminina – a de ser mãe.

O *Echo das Damas* além de lutar para as mulheres terem direito à educação, visa a conquista de espaços no mercado de trabalho, apontando as vantagens do casal que trabalha fora, com relação aos ganhos e bem-estar da família (COUTO, 1879, p. 3).

Registre-se que um dos temas tratados no jornal *A Mãe de Família* é A CRÉCHE (Asylo para primeira infância), que apresenta informações sobre o significado do termo ‘crèche’ (“manjedoura de animaes domésticos, bois, carneiros, etc., mas applica-se particularmente à aquella em que o menino Jesus veio ao mundo ou presepe” (VINELLI, 1879, p. 4).

O autor classifica a creche como um órgão beneficente, que recebe diariamente crianças de até dois anos de idades, filhos daquelas mães que necessitam trabalhar fora de casa, destacando o valor dela em relação às mães pobre, “de boa conducta” (Idem).

A Mãe de Família continua seu discurso a respeito do funcionamento e utilidade da creche, com foco na Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura. Pois o Brasil passou a contar com um grande número de mulheres (ex-escravas) que precisavam de alguém para cuidar de seus filhos, essas mães então abandonadas pelos seus senhores, tiveram que trabalhar para se sustentar ou ajudar os pais nas despesas de casa.

Apesar dos discursos defenderem a importância da creche em favor das mulheres pobres, o jornal entremeia trechos que procuram subjugar as mulheres, restringindo suas funções (do lar), tendo VINELLI (1879, p. 4) posto o seguinte:

Deixemos a mulher no lar domestico, de que ella é a rainha e o encanto mais poderoso, que ella ahi crie seos filhos, os eduque na religião e na honra, e de noite, quando o marido volta fatigado do trabalho do dia, que ella enchugue seu rosto banhado de suor e o console com seu sorriso! ... (A MÃE DE FAMÍLIA, ANO I).

Este parece ser o cenário desejado ou idealizado, pois, o autor lamenta que o quadro da época exigisse que a mulher fosse trabalhar fora para que a família não passasse fome, perguntando como ficavam seus filhos se não existissem as creches, daí, confessar que, apesar de achar serem vulgares as ideias da existência destas creches, aceitam que elas sejam necessárias.

No *Echo das Damas*, Azevedo (1886) uma das redatoras do jornal, sonhava com as “mulheres vivendo no mesmo patamar que os homens e ocupando todos os cargos, desempenhando todas as funções; em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado” (p. 2).

As mulheres ao reivindicar uma equiparação do ensino superior entre elas e os homens, apontando a livre educação do sexo feminino para a medicina, apresentavam um

certo comedimento, adotando, certamente, estratégias mais brandas para não ofender um bom número de leitores e ou alcançar suas metas, sem serem repreendidas em suas audácias ou exigências propagadas, considerando a época (século XIX).

O próximo tópico analisado pelo jornal *A Mãe de Família* refere-se às “Molestias das Crianças”, que traz uma série de críticas aos atos de curas populares, às pessoas que receitam remédios sem ter formação para tal, vendas de substâncias que operam milagres, às comadres, às beatas, caboclos e índios curandeiros, condenando todos, e, em especial, responsabilizando as mães de famílias por tais práticas e, ainda, alertando-as para os males que podem advir desses conselhos e ou ações.

Contrapondo a esses usos e costumes, o jornal *A Mãe de Família* dignifica, louva, defende, elogia (quase endeusa) a figura do médico, sendo aqueles não-médicos (impostores) considerados casos de polícia, chamados de “charlatões”, causadores de várias desgraças em diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro.

As condenações se voltam mais uma vez às mães, incapazes, crédulas, fracas e sem o devido preparo, não conseguem o progresso da época e, advertem: “Assim reflecti, senhoras, nesta séria questão e a aceitai como o primeiro conselho e o mais salutar, o seguinte: À menor indisposição que observardes em vossos filhos chamai o auxílio do médico de vossa confiança” (COSTA, 1879, p. 6).

Ele aponta as dificuldades que até o próprio médico tem para diagnosticar uma criança doente, uma vez que ela ainda não sabe falar o que está sentindo e dá continuidade ao alerta:

D’esta sorte, bem comprehendem as dignas leitoras, que alguns erros se podem commenter e que até possam pôr em risco a vida dos doentinhos. Se os enganos se dão com os homens de sciencia, naturalmente maiores se observam com os profanos. [...] Cabe-vos uma grande responsabilidade que estamos certos não quereis assumir e assim ouvireis os nossos conselhos. (COSTA, 1897, p. 6).

Vale registrar que, o *Echo das Damas* também tece comentários acerca da presença de médicos na literatura da época, e com base em ideias europeias, diversos médicos vão usar os jornais em circulação para fazer interferências nas vidas das famílias, através de muitos conselhos, apontando as maneiras corretas (na visão deles) de se procederem, inclusive definindo os caminhos das políticas públicas daquele momento.

O trecho do jornal *A Mãe de Família* corrobora a argumentação acima: “Seria extremamente longo enumerar todos os factos que vos devem convencer que as moléstias em geral e especialmente as das crianças devem ser tratadas, pelos médicos, logo em começo” (COSTA, 1879, p. 6).

Entretanto, para amenizar um pouco o tom do discurso, o mesmo autor sugere que, na impossibilidade de não conseguir que o médico esteja presente, é bom (e mais seguro) que a mãe saiba algumas coisas sobre os cuidados mínimos que devem ser observados em casos de doenças já ocorridas outras tantas vezes.

O tema a seguir, trata-se de uma “Palestra do Médico”, notando que a mesma é voltada diretamente às Senhoras Brasileiras, que, utilizando uma série de cartas, Costa (1877, p. 7) dirige conselhos, alertas e ou recados que dizem respeito à Educação Physica das Crianças (cartas estas publicadas, mais tarde, na *Gazeta de Notícias*).

É necessário frisar aqui, como bem disse o *Echo das Damas*, como é evidente a interferência do médico na família da época, conforme trechos transcritos, em especial, as críticas dirigidas às mulheres, senão, ei-las a seguir:

“... minhas caras leitoras [...] diante dos olhos o quadro afflictivo de um sem numero de crianças, sacrificadas, [...] à teima, ao capricho resultantes da ignorância de muitas mães; ...”

“... meu dever, como medico e pai de família, dar-lhes o que sei, mostrando o caminho errado que tem seguido, [...] procurando convence-las da grave responsabilidade que tem assumido”.

“... me foi dada a satisfação de receber diversas consultas. [...] um grande numero de senhoras [...] inteligentes e bem educadas, sorriram-se, taxando-me de exagerado; ...”.

“... preferiram os conselhos das ‘comadres’ e deixam-se ainda arrastar pelos anuncios especulativos e não sei que mais de absurdo”.

“... a missão, [...] embora extremamente difficil, não foi ainda cumprida, mas não a abandonarei por isso”.

“... valentes auxiliares nos Srs. Lombaerts e Comp., [...] necessidade de fazer a salutar propaganda em nosso paiz, a favor da Infancia, ...”.

“... fundamos este jornal, que ao alcance de todos, gravará, [...] nos bem formados corações das mães de família brasileiras, a firme convicção de que muita cousa ellas ignoram, para que possam fazer a felicidade de seus filhos”.

“... com alguma segurança poderemos falhar aos corações das Senhoras Brasileiras, que todos os seus males provêm da falta de educação especial e que ellas sendo convenientemente dirigidas abandonarão os preconceitos, a rotina e os incompetentes conselhos”. (COSTA, 1879, p. 7-9).

Fica muito evidente, o autoritarismo e o preconceito pela cultura popular de um povo, em que a mulher não seria capaz: de fazer nada certo, não saber nada, não dar conta de criar seus filhos, é definida como se fosse um animal em que se coloca o cabresto e deve ser dirigida por um homem, e os pais, onde estão eles? As famílias são formadas por mães e filhos?

Numa coluna chamada “Direitos”, na seção “Colaboradores”, na edição n. 2, do *Echo das Damas*, Pessoa (1879) a partir do pensamento do deputado Martim Francisco diz o seguinte:

“... levantou sua voz autorizada em favor do sexo proscrito que vegeta quase na condição de escrava, sem autonomia própria sem importância política e voltada ao esquecimento dos direitos, sagrados de cidadã, que de nenhum modo quer-se admitir como corpo social ativo (PESSOA, 1879, p. 2).

Para além de tudo isso, há uma passagem no jornal *A Mãe de Família*, que só confirma o desrespeito desse órgão em relação à mulher, quando Costa (1879, p. 2) afirma que a fundação desse jornal ocorreu para,

“... ensinar tudo quanto se liga à ‘Educação physica da criança’, mostrar, baseados na experimentação e na prática de todos os homens de sciencia, o caminho errado que seguem em geral para o fim almejado, tudo fazer para convencer dos inconvenientes de prejuízos e erros aceitos pelas senhoras, etc, será cumprir um dever.

Vale acrescentar que todo o discurso desse jornal traz um tom de moralidade, fatalidade e uma ruína quase irreversível do país, e a mulher é a culpada de tudo, por causa de sua incapacidade de cumprir a sua missão sublime (e única) a da maternidade.

Sobre a temática “Pharmacia Doméstica”, é Oliveira (1879, p. 8) quem aponta o objeto da cadeira de farmacêutico (Dr. Ezequiel dos Santos), que afirmava que seu ofício não era ciência e nem arte, mas tinha por finalidade: “a applicação das sciencias physicochimias e naturaes; a escolha, preparação e conservação dos medicamentos”.

Então, o jornal *A Mãe de Família* que define farmácia uma coisa (parte geral) da farmácia ensinada nas universidades (escolas superiores da época) e repassa um programa a ser seguido pelas famílias.

Oliveira (1879, p. 8) o farmacêutico de então, dividia assim o assunto:

“1ª Parte – (a) medicamento para uso da primeira infância, (b) alimentos para uzo da mesma (leite, mingau, etc).
2ª Parte – (a) medicamento para uzo de adultos; (b) alimentos para os mesmos.
3ª Parte – (a) Reconhecimento dos medicamentos puros e quando alterados; (b) reconhecimento dos alimentos, incluindo o grupo dos caffeicos, isto é, o chá, mate e o guaraná; o leite, manteiga, pão, carne, vinhos, cervejas, doces, confeitos, xaropes e licores.

No programa apresentado pelo referido jornal, havia uma definição do que deveria ser consumido pelas crianças e pelos adultos da época, até uma receita de purgante para as crianças é dirigida: raiz de ruibarbo (6 grama), raiz de chicória (1 pitada), água fervente e açúcar (pitadas), servida em forma de chá (coado) e dada em colherinhas aos bebês, tanto entre crianças bem nascidas, quanto entre pequeninos de classes pobres.

E o mesmo jornal continua descrevendo todos os cuidados que devem ser dirigidos e vivenciados com o novo ser, o que de acordo com Costa (1879, p. 10), “... a casa, [...] todas as commodidades possíveis, [...] nos aposentos de dormir cuidados com o ar que se respira, [...] frio, calor, [...] mau costume dos bicos de gaz e das clássicas lamparinas de azeite, [...] condições pouco favoráveis de hygiene, [...] influir sua futura saúde...” (COSTA, 1879).

E o autor descreve a seguir como deve ser a casa e o local da criança dormir, esquecendo as diferenças de classes ou condições das famílias, além de apontar as diversas doenças que acometiam as crianças, em especial, às de classes menos favorecidas, indo até à condenação das mães destas, dizendo ser elas ignorantes dos cuidados e sacrifícios maternos delas, sugerindo que as mães ricas repassem os conselhos do jornal às pobres, analfabetas.

Registre-se que o jornal *A Mãe de Família* em um tópico “Fragmentos”, lista alguns poetas de diversos países, que dizem o seguinte sobre as mulheres: “Não! Em toda a extensão das esferas sublimes não há um seraphim que se compare com a mulher... Quando ella apparece, dir-se-hia que sae do seio da luz e que sua presença dá ao dia um novo esplendor!” [...] (Voudel, poeta holandês, 1879, p. 15), parece que o referido poeta, resume o que se dizia acerca das mulheres daquele período, incluindo aí, alguns famosos: Homero e Sophodes (gregos), Lucrecio, Horacio, Ovidio, Virgilio, (latinos), Dante, Boccace (italianos), Veiga, Calderón (espanhóis), Malherbe, Racine, Victor Hugo (franceses), Shakespeare, Byron (ingleses) Messier, Gothe, Schiller (alemães), Voudel (holandês), Herculano, Garreth, Castelo Branco (portugueses), Azevedo, Abreu, Alencar, Varella, Castro Alves (brasileiros), expressando a opinião do jornal e dos homens que o editava na época.

CAPÍTULO III

3. A MULHER, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO NO SÉCULO XIX

Como ficou bem claro em passagens ou argumentações anteriores, a educação feminina até à segunda metade do século XIX era voltada a aprendizagens de tarefas domésticas, não havendo direcionamento à profissionalização da mulher. Portanto, a família sob os laços do sistema patriarcal, onde ao homem é dado o poder de decisão e direitos na totalidade social, profissional, cultural, familiar, dentro e fora dos lares.

3.1. A EDUCAÇÃO FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NO SÉCULO XIX.

Segundo Souza (2012, p. 3) por muitos séculos,

[...] a figura feminina foi normalmente interpretada e igualmente propagada como símbolo de submissão pela sociedade, que nas mãos do homem, tornou-se a grande colaboradora na tarefa de disseminar a superioridade masculina.

Pode-se afirmar que, esta superioridade torna-se facilitada pela exagerada valorização social pelo sistema familiar burguês, confirmação do que era moderno e civilizado, em cujo ambiente privado, guardava-se os valores: marido, esposa e filhos, porém, cabendo ao homem os poderes e decisões, e à mulher, restava manter ou assegurar a harmonia em casa, conforme exigências da burguesia vigente.

É Souza (2012, p. 3) também que diz:

No Brasil do século XIX era intenção masculina demarcar posições: Ele, o sexo forte, viril, possuidor de autoridade, respeito e dotado de razão. Ela, o oposto, o sexo frágil, destinada à submissão pelo resto de sua vida, fraca, ociosa, dominada por seus sentimentos.

Foi por meio da imprensa e ensino universitário que se tem o início a inversão de valores no que se refere ao papel da mulher, durante o século XIX e começo do XX.

A figura feminina passa a ser criticada em revistas e jornais deste período que em suas obras reafirmam e buscam exaltar a simbologia burguesa da santa dona do lar.

No tocante à evolução da educação durante o século XIX, a mesma ocorreu de maneira extremamente lenta e, o número de escolas primárias (primeiras letras) que foram construídas não fora suficiente para atender toda a população feminina da época, sendo que, muitas delas permaneciam vazias, uma vez que as famílias ricas preferiam contratar preceptores para ensinar seus filhos nas casas, e as pobres não acreditavam em estudos ou tinham pouco interesse.

Cunha e Silva (2010, p. 99) informam que,

Em agosto de 1827, no parlamento brasileiro, ocorreu uma discussão sobre os conteúdos que seriam úteis à formação feminina. No dia 29 de agosto daquele ano, o Marques de Caravellas propôs uma emenda, afirmando que salva a

redação – quanto à Aritmética somente as quatro operações, e não se ensinarão as noções de geometria prática [...].

Os debates continuam e questionam se não se cumprir a lei aprovada não há nada fazer, pois não há professores para ensinar matemática às mulheres e, elas, aquelas que queriam estudá-la, eram acusadas de imitadoras da moda dos países altos e, não querendo cumprir a lei.

Assim, é que, Oliveira (2008, p. 1) aponta,

[...] em meio às transformações legadas deste tempo histórico, decorrentes, sobretudo, da industrialização e urbanização presente na Europa e Estados Unidos, ideias civilizadoras são fomentadas por grupos sociais que idealizavam a educação e a religião como estratégias na relação de poder, para impor um comportamento social individual e coletivamente aceitável [...].

Dentre os grupos idealizadores citados aqui destaca-se o norte-americano que chegou ao Brasil em 1881 (Metodista), trazendo Martha Watts (uma educadora de renome lá), cujo objetivo era construir escolas para moças, vindo criar tensões na ordem estabelecida (a patriarcal) que era legitimado pela religião cristã. Vê seu poder ameaçado pela tendência anglicana, o que justifica então, a longa duração que decorreu para que as coisas mudassem, as oscilações nos níveis de poder de gênero, e no final, as mulheres conquistam mais espaços sociais.

É também, Oliveira (2008, p. 2) que afirma,

[...] a abertura de colégios para educação de moças, vai possibilitar espaços de profissionalização da mulher, onde ela encontra na escola uma maneira de atuar fora do espaço privado, promovendo a elasticidade do processo de articulação do poder. Assim, a educação escolar que era antes uma prerrogativa masculina é suprimida ocorrendo a feminização do magistério [...].

Através do acesso à escola, a mulher altera as relações sociais, passa a ter oportunidade a ingressar no mercado de trabalho, e além de prover seu sustento, intervém na estrutura até então legitimada pela sociedade social, aponta caminhos alternativos para escolhas femininas, o casamento ou a profissionalização, revertendo as relações entre os sexos, dando voz e vez à mulher.

De acordo com Rabelo, Costa e Martins (2009, p. 2),

[...] a feminização do magistério abriu portas para o mercado de trabalho... a mulher, e agora professora se tornaria mais independente, pois estaria, não só saindo em busca do próprio sustento, como também do poder e da dominação masculina da época, sendo este um passo para a emancipação feminina no processo educativo e no espaço público [...].

Contudo, havia um leque de razões que justificava o ingresso das mulheres no magistério, havendo aquelas, em especial, as de classes mais abastadas, que justificavam

que o faziam para serem capazes de dar uma melhor educação aos seus filhos, permanecendo nos lares como mães zelosas das proles e reforçando os espaços masculino e feminino sociais. Havia outros que realmente, entre as menos privilegiadas, tinham necessidades de contribuir com as despesas familiares e, tantas outras, que viam no magistério a possibilidade nunca antes vista, de se libertar do eterno jugo do homem (primeiro do pai, depois do marido e filhos), enxergavam a chance de se tornar sujeito de sua história de vida.

Segundo Maia e Maia (2011), a literatura foi um recurso usado pelas mulheres para debaterem temas exclusivos do privado, e, por isso, as autoras afirmam que,

[...] Para as mulheres do século XIX, a literatura serviu para extravasar seus sentimentos, mostrar descontentamentos com sua condição social, fazer críticas de cunho político e social, ou mesmo como forma de entretenimento. [...] a criação de periódicos de mulheres [...] partiu da necessidade de conquistarem direitos. [...] o direito à educação, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto [...] (MAIA e MAIA, 2011, p. 486).

Além desses direitos reivindicados através da literatura, as mulheres lançaram e protagonizaram diversos debates acerca do amor, maternidade, prostituição, sexualidade, casamento, entre outros temas exclusivos do privado, passando a influenciar com ideias e opiniões, na verdade, muitas delas refutadas, criticadas ou desqualificadas por um público de oposição representada pela literatura masculina, porém, serviu para abrir espaços para as escritoras do século XX.

No tocante à medicina, de acordo com Souza (2012, p. 5), dentro das políticas públicas que visava transformar o Rio de Janeiro (antes colonial) em sede da corte real, surgiram estudos tendo como “alvo de preconceito” o universo feminino, “demonstrando que a mulher era alvo de preocupação ou constituía até mesmo uma ameaça para a sociedade em construção caso não fosse devidamente doutrinada através de regras, normas e convenções”, completa a autora.

Registre-se que na época, foram feitos estudos e pesquisas comparando os cérebros/crânios dos homens e mulheres, cujas finalidades eram provar a superioridade de sexo e raça – do homem e no branco, em relação à mulher, negro e oriental.

Costa (1829) diz o seguinte acerca da capacidade intelectual da mulher:

Ela foi formada para sentir, como o homem foi criado para pensar; superior a ele em sagacidade e prontidão em compreender; é, contudo muito inferior em raciocínio e reflexão: aquelas que têm apresentado uma inteligência superior têm sido sempre à custa de suas qualidades femininas (COSTA, 1829, p. 28).

É possível verificar que na época, eram usados adjetivos e ou expressões que diminuíram as mulheres e, até hoje, muitas delas são usadas para humilhar ou degradar

as mesmas, em algumas situações atuais, lembrando que a figura feminina era admirada e reconhecida tendo por base as virtudes: “fraqueza, doçura, sensibilidade e indulgência”, as únicas possuídas por damas daquele momento histórico (COSTA, 1829).

No que se refere à esfera jurídica, a autora Souza (2012) confessa que aí transcorreram as maiores mudanças no que tange ao direito de família, uma vez que,

[...] o Código Penal de 1890 faz a diferenciação entre mulher honesta e desonesta. [...] Distinção como essa constituía apenas uma amostra de como se configurava a situação jurídica da mulher que perdurou durante muitos anos, tendo em vista que esta também era privada de direitos que lhe permitiriam exercer sua cidadania como o poder de votar, direito que foi expurgado da Constituição do Império de 1824 e da República de 1891, situação que permaneceu até as primeiras décadas do século XX (SOUZA, 2012, p. 6).

O que se pode dizer é que, reações e oposições foram surgindo de variadas formas, por exemplo, havia muitas mulheres (as mais pobres e que já realizavam pequenos trabalhos domésticos, em fábricas ou escritoras de jornais femininos), que contribuíram com discursos de liberdade e contra os padrões da época, foram também aparecendo profissionais em áreas ou espaços antes só dos homens, médicas, promotoras e, aquelas participantes de associações, como a Liga de Mulheres, com discursos em praças públicas reuniam mulheres ricas, negras e pobres que, utilizando a imprensa, conseguiram antever a mudança da história, que, apesar de uma longa duração, posteriormente, foi possível conferir algumas vitórias femininas da época.

Lá pela segunda metade do século XIX, durante um pequeno tempo longe dos olhos dos pais e dos maridos, enquanto estes estavam no trabalho, em atividades exclusivamente masculinas e as mulheres ficavam livres, elas aproveitavam para frequentar espaços públicos, as ruas, os cafés, teatros e bailes, usando momentos onde podiam trocar com outras mulheres – ideias e opiniões variadas acerca das produções literárias e outras fontes, foram formando novos ideais e desejos de mudanças (BICALHO, 1989).

Os muitos jornais e revistas (periódicos) publicados na época, convocavam as mulheres para vir junto com suas redatoras e colaboradoras que abordavam temas de interesse de todas, a lutar por suas independências moral e social.

Importa registrar o que dizem Kroetz e Gai (2015) a respeito do *Jornal das Senhoras*, um dos mais importantes órgãos da imprensa da época que,

[...] era o de colaborar com a modernização e desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, mas com um foco específico: promover uma discussão sobre o melhoramento da educação das mulheres e enfatizar os papéis de mães e esposas por considera-las responsáveis por educar, e, conseqüentemente, cooperar para o desenvolvimento da sociedade (KROETZ e GAI, 2015, p. 127).

Fica evidente que, a imprensa feminina no século XIX, tinha como objetivo principal, promover a instrução e a educação das mulheres, pois, esta entidade acreditava que essas mulheres necessitavam ser instruídas e educadas para alcançar suas liberdades ou independências.

Retornando ao quesito literário, expediente usado como instrumento para oferecer instruções, especialmente, às mulheres, tendiam lançar mão de obras pertencentes ao gênero “romance e novela” que, tinham as funções de entreter ou divertir respeitosamente suas leitoras.

Segundo Pinheiro (2004) as escolhas e publicações das obras literárias em jornais da época, confirmam que,

[...] Os colaboradores dessas narrativas, em sua maioria folhetinescas, criaram personagens femininas que são exemplos de boa conduta e, por isso, premiadas: personagens que morrem por não ter o amor concretizado e por personagens enquadradas [...] na qual predomina a mulher vítima, prostituta, deflorada, seduzida, abandonada, fatal, mãe solteira (PINHEIRO, 2004, p. 123).

Registre-se que, os discursos dos textos literários deixam claro que nem sempre as mulheres eram amadas, somente eram louvadas – as cândidas e as castas, muitos maldizem as figuras e, outros, sentem piedade daquelas que cometem faltas, frisando que as obras e as análises delas apresentadas nos periódicos, eram de autoria de homens.

De acordo com Costa (2014), os almanaques foram os periódicos de maior sucesso durante os séculos XVI e XVII e, deles, no século XIX,

[...] as revistas femininas herdaram o tom e a aplicabilidade dos conselhos. Foi assim com a que pode ser considerada a primeira revista realmente feminina no Brasil, ‘O Jornal das Senhoras’ [...] porque produzida por mulheres e para mulheres, [...] sua criação pode ser atribuída à escritora argentina Joana Manso de Noronha, [...] que assina o editorial do primeiro número da publicação [...] (COSTA, 2014, p. 27).

Importa acrescentar que, é importante fazer referências a este jornal ou revista, dada sua meta – “cooperar com todas as forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher –“(COSTA, 2014), além de ser o carro-chefe ou alavanca para que outras muitas revistas e jornais femininos surgissem no Brasil.

Vale acrescentar que, os jornais e revistas daquela época, além de entreter/divertir suas leitoras com folhetins literários, noticiavam as vitórias femininas na advocacia, na medicina e na literatura, enfatizando a necessidade das mulheres lutarem continuamente contra o conformismo que imperava na sociedade de então.

Outra revista, que merece ser destacada em meio à imprensa do momento é *A Família*, que tinha temas recorrentes: a maternidade, a saúde, orientações para trabalhos manuais, seção de correspondências com as leitoras, matérias culturais (usos e costumes de povos distantes e exóticos), colunas de conselhos e receitas de comportamentos e anúncios de vários produtos, sendo que todas as instruções e ou direcionamentos aos leitores soavam em tom de propostas amigáveis, com dignidade e respeito ao público, sem nunca usar tons de comando ou imposição.

Segundo Lima (2007), a imprensa se encontrava dividida em: “aos jornais masculinos, a informação, os acontecimentos diários, o mundo real; à Revista Feminina, o mundo fechado pelos muros do lar, os padrões de comportamento, os valores ideais” (p. 234).

Assim, é possível observar que, havia duas realidades, que tentavam ou procuravam se separar, porém, se encontravam de formas inevitáveis, nas próprias maneiras de propor e apresentar suas matérias, de um lado, no próprio dizer do um “Círculo de ferro”, e de outro, a luta por um espaço feminino na construção da sociedade. O último sugeria maior participação da mulher na esfera social, na luta pelo direito de o livre acesso ao ensino superior e, intensificação nos protestos contra os delitos praticados contra as mulheres, evidenciando que as ideias das revistas caíam em terrenos férteis, pois, além de ter uma ‘ótima aceitação diante das muitas respostas/consultas das leitoras, havia um grande aumento as vendas de assinaturas da mesma.

É Carula (2016) que considera importante registrar o que dizia a redatora de *O Sexo Feminino*, em 1873, sobre a importância de se ensinar as filhas,

[...] a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e portuguesa), a filosofia, a história, a geografia, a física, a química, a história natural, para coroar esses estudos a instrução moral e religiosa (CARULA, 2016, p. 274).

Com o ensinamento e aprendizagem desses “saberes”, nenhuma mulher precisaria depender na esfera econômica de um homem, fosse o pai, um marido ou mesmo um irmão, portanto, a citada redatora do mencionado jornal pregava e reivindicava a educação em três aspectos femininos: “física, intelectual e moral”, confirmando o avanço das ideias propostas na época.

Outro jornal digno de ser referendado é *A Família*, em que Josephina Azevedo (redatora/proprietária), segundo apontamento de Carula (2016, p. 276), advogava a igualdade entre o masculino e o feminino:

Mas nós não somos a eles inferiores, porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso, temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles pela mesma razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado.

Há aqui, uma clareza inquestionável na defesa da igualdade de gêneros, apesar das funções específicas cumpridas por mulheres e homens já naquele momento histórico.

Então, é possível observar e afirmar que três jornais do período estudado – *O Sexo Feminino*, o *Echo das Damas* e *A Família* tinham como bandeira a defesa da educação e emancipação da mulher, não podendo esquecer que existiam outros periódicos na época que, também se voltavam para a mulher, a mãe e a família brasileira, sendo que a grande maioria deles, apontava “a educação feminina como uma mola propulsora para o progresso feminino” (*O Sexo Feminino*, 1875, p. 2).

Argumentação reforçada pelo *Echo das Damas* (1879, p. 1) que dizia, a “... folha advoga uma causa santa que deve merecer a consideração de todos aqueles que se interessam pelo progresso moral deste país [...] queremos a mulher ilustrada sob o ponto de vista humanitário” (CARULA, 2016).

Portanto, diante do que foi exposto acerca da educação feminina no século XIX, já se pode afirmar que, a imprensa foi o órgão, o instrumento por assim dizer, mais importante, utilizado e útil para propor, propagar e reivindicar os direitos da mulher em todos os setores da sociedade daquele tempo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da exposição que aqui se encerra, embora parcialmente, já que a temática apresentada ainda comporta novos estudos, algumas conclusões merecem destaques, portanto, ei-las:

A inserção das mulheres no espaço público se deu por meio da educação básica, onde elas aprendiam como realizar melhor as tarefas domésticas.

A separação entre feminino e masculino era apregoada na questão dos papéis desempenhados por mulheres e homens.

Por inserção no ensino superior a mulher pode entrar no mercado de trabalho, alterando a situação da mulher de até então, e, ainda, feminilizando algumas profissões, como a educação, a enfermagem e outras.

Foi através da educação e ingresso no magistério que a mulher alcançou seus ideais de liberdade e emancipação, apesar das diferenças salariais e de funções assumidas (na época), ainda demarcar os gêneros, homens dirigentes e maiores remunerações e mulheres salas de aulas e salários menores, com algumas similaridades ainda presente, hoje em dia no sistema educacional brasileiro e entre setores da sociedade atual.

A imprensa brasileira, jornais, revistas, periódicos no século XIX, tinha como objetivo principal promover, reivindicar, valorizar a educação e a instrução das mulheres, aspectos considerados essenciais para a sua emancipação e liberdade.

A literatura teve que vencer uma série de obstáculos, pela desconsideração da profissão de escritora, porém, através da escrita crítica dessa forma de ver a mulher, as obras literárias foram usadas para descrever o universo feminino diferenciado daquele mostrado pelos homens, levando para fora do lar as ideias femininas e entremeando na sociedade novas luzes sobre o gênero, até então, relegado à submissão, ao silêncio e aos valores pregados por longos anos.

É importante lembrar que a partir da Reforma Francisco Campos e a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (anos 1930), trouxeram aberturas para modernizar o Brasil, reformar a educação e a saúde nos aspectos sociais e, possibilitando dar atenção às questões femininas em suas funções, aproveitando as brechas ocorridas naquele momento histórico, onde as mulheres passam de cuidadoras apenas dos filhos aos contextos escolares, justificando suas presenças nos espaços públicos, além disso, percebeu-se aí, novas significações aos gêneros, pois a inserção delas no mercado de trabalho passou a exigir melhorias no sistema educacional e, como

isso se caracterizava como um dos quesitos modernistas, a ocupação dessas mulheres nesses espaços torna-se um aspecto de natureza política.

FONTES

A MÃI DE FAMÍLIA. Rio de Janeiro, Anno 1, n. 1, 1879.

ECHO DAS DAMAS. Rio de Janeiro: 1879-89.

O SEXO FEMININO, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 2 jun. 1889.

A FAMÍLIA, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 18 nov. 1888.

REFERÊNCIAS

BINZER, Ina Von. **Os Meus Romanos: Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil.** In CALLADO, 1994. Rio de Janeiro: ED/Jornal, 1881-1883.

CARULA Karoline. **A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. Estudos Feministas,** Florianópolis, 24(1): 261-279, janeiro-abril/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00261.pdf>.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. (Prefácio) In: DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 11.

COSTA, Carlos. **Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos.** São Paulo: USP, 2014.

COSTA, Carlos. **Educação da Infância, Higiene da Família. Jornal ‘A Mãe de Família’.** Rio de Janeiro, Anno 1, n. 1, 1879.

COUTO, Amélia Carolina da Silva. **Jornal Echo das Damas.** ano 1, n. 4, junho de 1899.

CRUZ, Heloísa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História,** São Paulo, n.35, p. 235-270, dez. 2007, p. 259.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A Educação Feminina do Século XIX: Entre a Escola e a Literatura.** Niterói (RJ): Gênero, 2010.

SCHUMACHER, Maria Aparecida. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade-biográfico e ilustrado.** Zahar, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. **História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos.** In: -----
---- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-145.

DUARTE, Constância Lima. **"Feminismo e Literatura no Brasil".** In: *Estudos Avançados.* 17 (49), 2003 p.155.

KROETZ, Itiana Daniela; GAI, Eunice T. Piazza. **O Jornal das Senhoras e a Busca pela Emancipação Moral e Intelectual da mulher Brasileira.** Porto Alegre (RS): PUCRS, 2015.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Imprensa Feminina, Revista Feminina. A Imprensa Feminina no Brasil.** São Paulo: Projeto História, 2007.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. **História da Vida Privada no Brasil.** Rio de Janeiro: RMF, 1998.

MAIA, Renata; MAIA, Cláudia. **Ser mulher e escritora no oitocentos: uma contribuição feminina às Letras e à História.** Uberlândia (MG): UEMC, 2011.

OLIVEIRA, Mello. **Pharmacia Domestica – Jornal ‘A Mãe de Família’.** Rio de Janeiro: LC, 1879.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. **Educação e religião das mulheres no Brasil do século XIX: conformação e resistência.** Florianópolis (SC): FTBAW, 2008.

PESSOA, M. **Coluna dos Colaboradores – Jornal ‘Echo das Damas’.** Rio de Janeiro: JED, 1879.

PINHEIRO, Alexandra Santos. **O Jornal das Famílias (1863 – 1878) e as Leitoras do Século XIX.** Revista Faz Ciência, 2004 – UNIOESTE.

PRÁ, Jussara, Reis. CEGATTI, Amanda Carolina. **Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico.** In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessado em 15/09/2017.

RABELO, Josiane Oliveira; COSTA, Marta Oliveira; MARTINS, Barbara Távora de Souza. **A educação Feminina no Brasil em Meados do Século XIX e Início do século XX.** Rio de Janeiro: CNPQ, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues de. **Periódicos Feministas do Século XIX: Um chamado à Resistência Feminina.** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

VINELLI, K. A Crèche – **Jornal ‘A MÃE DE FAMÍLIA’.** Rio de Janeiro. JAMF, 1879.